



Horizontes em Transformação **TRABALHO • JUSTIÇA • SOCIEDADE**

XXVIII Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho debate "Horizontes em transformação: Trabalho, Justiça e Sociedade"



A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) realizou, de 10 a 13 de abril em São Paulo, o XXVIII Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho (CNPT). Com o tema "Horizontes em Transformação: Trabalho, Justiça, Sociedade", o evento reuniu cerca de 350 participantes e promoveu debates sobre as mudanças no mundo do trabalho e suas implicações jurídicas e sociais.

Na abertura, a presidenta da ANPT, **Adriana Augusta de Moura Souza**, ressaltou a importância do evento e da atuação da entidade, destacando a centralidade das pautas de igualdade de gênero, questões raciais e identitárias. Criticou ainda o enfraquecimento das proteções trabalhistas sob o pretexto de modernização.

"Uma legislação que a cada dia, sob o pretexto de modernizar as relações de trabalho e aproximar o país dos mais economicamente ativos e prósperos, lança à margem da proteção trabalhista os falsos autônomos, parceiros, pejetizados, plataformizados e demais contratados sob qualquer roupagem do direito civil e, ainda, terceirizados de toda ordem", disse a presidenta.

A procuradora do Trabalho falou também que o direito do trabalho é eminentemente reivindicativo e que o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a ANPT, por coerência, fazem parte das trincheiras, inclusive verbais,



"Iluminar assuntos que, apesar de estruturantes, costumam ser ignorados, enriquece o diálogo, instiga o pensar nesse mundo em que a crise de racionalidade é dominante".

Adriana Augusta de Moura Souza



"porque iluminar assuntos que, apesar de estruturantes, costumam ser ignorados, enriquece o diálogo, instiga o pensar nesse mundo em que a crise de racionalidade é dominante".

O procurador-geral do Trabalho, **José de Lima Ramos Pereira**, por sua vez, ressaltou que o Direito do Trabalho, no Brasil, tem sido espelho das transformações sociais, das lutas populares e dos diferentes projetos de nação que marcaram — e continuam a marcar — a nossa história. Ele reforçou que as últimas décadas nos colocaram diante de transformações profundas no mundo do trabalho, algumas impulsionadas por avanços tecnológicos, outras pela adoção

de discursos que exaltam a ideia de empreendedorismo individual, com promessas de liberdade e autonomia.

"Não raro, essas promessas escondem realidades de insegurança, informalidade e ausência de direitos básicos. Estamos vendo crescer a pejetização, a informalidade estruturada, o trabalho por aplicativos, as plataformas digitais que se tornam, por vezes, verdadeiros empregadores disfarçados. Ao mesmo tempo, assistimos à estigmatização do emprego com carteira assinada, tratado, injustamente, como símbolo de atraso", informou o subprocurador-geral do Trabalho.

A conferência inaugural foi proferida pela filósofa e escritora **Djamila Ribeiro**, que abordou os desafios contemporâneos nas relações entre trabalho, justiça e sociedade.



Ganhadores do XXV Prêmio Evaristo de Moraes Filho são revelados

Durante a solenidade de abertura do XXVIII Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho, foram anunciados(as) os(as) vencedores(as) do XXV Prêmio Evaristo de Moraes Filho. As peças e obras laureadas comporão a próxima edição da Revista do Ministério Público do Trabalho.

O julgamento dos arrazoados coube à comissão composta, por designação da presidência da Associação, pelos procuradores do Trabalho Silvio Beltramelli Neto e Bruno Choairy Cunha de Lima e a procuradora do Trabalho Débora Tito Farias. O procurador regional do Trabalho Alessandro Santos de Miranda, a procuradora aposentada Cláudia Carvalho do Nascimento e o procurador André Magalhães Pessoa compuseram, também por designação da presidência, a comissão encarregada do julgamento dos trabalhos doutrinários.

O Prêmio Evaristo de Moraes Filho foi instituído em 1998, pela ANPT, para prestigiar a produção intelectual dos associados e das associadas. Quando lançado, concedia honraria para os melhores arrazoados. Já a partir de 2001, passou a premiar também os trabalhos doutrinários que mais se destacaram na carreira.

Nascido em 05 de julho de 1914, natural do Rio de Janeiro, o jurista, sociólogo, filósofo e ensaísta Evaristo de Moraes Filho foi um dos primeiros procuradores do Trabalho do país. Em 19 de abril de 1934, tornou-se secretário das comissões mistas de conciliação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, iniciando uma longa trajetória de peculiar dedicação ao ideário da justiça social. Manteve-se filiado à ANPT até o seu falecimento, em 22 de julho de 2016, com 102 anos de idade e a imortalidade oficialmente proclamada pela Academia Brasileira de Letras, na qual ocupava a cadeira nº 40.



CATEGORIA

Melhor Arrazoadado

Na primeira colocação, os procuradores e as procuradoras Lorena Vasconcelos Porto, Murillo Cesar Buck Muniz, Luciano Lima Leivas, Andrea Albertinase, Márcia Kamei Lopez Aliaga, Arthur Pinto Filho e Kleber Marcel Uemura, pelo trabalho "ACP Prevent Senior".

Na segunda colocação, os procuradores e as procuradoras do Trabalho Luciano Aragão Santos, Tatiana Leal Bivar Simonetti, Cláudia Letícia Colucci Resende, Elysa Tomazi, Laura Valença Pinheiro Zacarias, Lys Sobral Cardoso, Tathiane Menezes do Nascimento e Tiago

Muniz Cavalcanti, pelo trabalho ACP Comunidade Lucas".

Na terceira colocação, o procurador Rafael Dias Marques e o procurador-geral do Trabalho, José De Lima Ramos Pereira, com o trabalho "Pedido de Reexame ao Tribunal de Contas da União".



CATEGORIA

Melhor Trabalho Doutrinário

Na primeira colocação, a procuradora do Trabalho Elisiane dos Santos, pelo artigo "Trabalhadoras Domésticas e o Direito do Trabalho: A(s) História(s) do Trabalho Como Caminho Para a Construção de

Justiça Reparatória às Mulheres Negras".

Na segunda colocação, a procuradora do Trabalho Isabella Filgueiras Gomes, pelo trabalho "Governança Corporativa, Compliance, Due Diligence e o

Direito Antidiscriminatório Trabalhista".

Na terceira colocação, o procurador do Trabalho Renan Bernardi Kalil, pelo artigo "A Legalização da Fraude Plataformizada".



ANPT – A História Revisitada



Finalizando as comemorações do 45º aniversário da ANPT, celebrado em 7 de fevereiro de 2025, no XXVIII CNPT foi revisitada a história da entidade, especialmente em relação ao período de 1990 a 1992, em que as premissas da autonomia do Ministério Público brasileiro foram definidas à luz da Constituição de 1988. Ao assumir a presidência da entidade em maio de 2024, a procuradora do Trabalho Adriana Augusta de Moura Souza iniciou uma pesquisa motivada pela sobreposição de datas do mandato dos presidentes da entidade no biênio 1990/1992.

A investigação, que enfrentou a dificuldade da escassez de documentos oficiais, contou com entrevistas com os ex-procuradores-gerais do Trabalho e subprocuradores-gerais aposentados João Pedro Ferraz e Hegler José Horta Barbosa, e com o subprocurador Luiz da Silva Flores, que revelaram informações cruciais sobre a formação institucional da associação.

Entre 1989 e 1991, o Ministério Público do Trabalho esteve no centro de uma controvérsia constitucional. A exoneração e nomeação de procuradores-gerais pelo presidente da República, a revelia do procurador-geral da República, gerou forte reação dentro da instituição. O episódio ficou conhecido como 'Caso Roboredo' e culminou no julgamento do mandado de segurança 21.239 pelo Supremo Tribunal Federal, um marco na definição da autonomia do Ministério Público.

Naquele momento decisivo, a ANPT se posicionou de maneira firme. Em assembleia, os procuradores aprovaram uma moção de repúdio, deixando claro que a autonomia do MPT não poderia ser comprometida. Nesse período, a associação esteve sob a liderança de João Pedro Ferraz dos Passos, que ficaria no cargo até 1º de junho de 1992.

Em 18 dezembro de 1991, no entanto, João Pedro Ferraz foi nomeado procurador-geral do Trabalho, após figurar em 1º lugar na primeira lista tríplice do MPT para a escolha do PGT. Com isso, a presidência da ANPT foi assumida por seu vice, Luiz da Silva Flores, até o final do mandato da diretoria eleita: 1º de junho de 1992.

Por muitos anos, a cronologia desse período foi registrada de forma imprecisa. No entanto, após uma revisão detalhada dos documentos da época, foi possível corrigir esse fato histórico.

O estudo reforça a importância de resgatar e valorizar períodos essenciais para a consolidação do Ministério Público Brasileiro e do Ministério Público da União.

[Clique aqui](#) e tenha acesso ao vídeo produzido pela ANPT com as entrevistas realizadas contando um pouco mais da história da entidade.

[Clique aqui](#) para mais esclarecimentos sobre o caso Roboredo.

Ministra Cármen Lúcia defende igualdade de gênero no sistema de Justiça



avanços trazidos pela Constituição de 1988, mas alertou para a persistência do machismo estrutural e da violência contra mulheres. Citou dados alarmantes, como a ocorrência de um feminicídio a cada seis horas no Brasil, e defendeu a adoção de ações afirmativas, como cotas, para corrigir as assimetrias de gênero no sistema de Justiça.

A ministra também fez duras críticas ao sexismo na carreira jurídica, onde, apesar de as mulheres serem maioria nas bases das carreiras, seguem sub-representadas em espaços de poder, como tribunais superiores e a presidência de entidades como a OAB. Segundo ela, o direito precisa ser um instrumento de transformação capaz de aliviar os sofrimentos reais da sociedade.

Ao final, Cármen Lúcia recebeu uma placa de homenagem da ANPT em reconhecimento à sua trajetória e ao seu compromisso com o Estado Democrático de Direito.

A presidenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, participou, no dia 11 de abril, do XXVIII Congresso Nacional de Procuradoras e Procuradores do Trabalho. Na conferência, a ministra debateu os desafios da paridade de gênero no sistema de Justiça brasileiro. A mesa foi presidida pelo procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira.

Em sua fala, Cármen Lúcia destacou inicialmente o papel do Ministério Público do Trabalho (MPT) na defesa da liberdade do voto, especialmente no enfrentamento às práticas de assédio eleitoral. Ela também prestou uma homenagem ao ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, ressaltando sua contribuição histórica para a autonomia do Ministério Público, especialmente durante a Assembleia Constituinte de 1988.

Organizado em três eixos, seu discurso abordou temas centrais como democracia, igualdade de gênero e justiça. A ministra enfatizou que a democracia não se limita ao ato eleitoral, mas deve ser exercida diariamente por meio da construção de uma sociedade mais justa e solidária. Criticou as desigualdades históricas do país e destacou situações de precarização no mundo do trabalho.

Ao tratar da igualdade de gênero, Cármen Lúcia reconheceu

“A igualdade foi posta na Constituição para que a gente tivesse uma democracia material substancial, verdadeira. Somos, todas as pessoas, mulheres e homens, iguais na nossa dignidade e cada ser humano é único na sua identidade”.

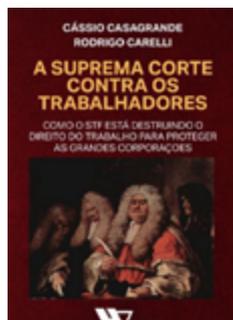
Ministra Cármen Lúcia

Associados e associadas lançam livros durante o Congresso

Associados e associadas da ANPT, lançaram obras jurídicas no XXVIII Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho (CNPT). Ao todo, 12 livros foram apresentados, em um painel coordenado pela procuradora do Trabalho Cláudia Honório, diretora cultural e de assuntos científicos da ANPT.

VEJA AS OBRAS LANÇADAS:

A Suprema Corte contra os trabalhadores: como o STF está destruindo o Direito do Trabalho para proteger as grandes corporações



Autores: Rodrigo de Lacerda Carelli e Cássio Casagrande
Editora: Venturoli

A obra ressalta que o STF, sob influência de uma corrente liberal, ampliou de forma significativa a interpretação da terceirização, promovendo uma reforma trabalhista maior que a legislativa. Dis-

corre sobre a validação, pela Corte, de contratos civis de trabalhadores com empresas contratantes, enfraquecendo o princípio fundamental do Direito do Trabalho: o contrato realidade. Enfatiza que essa decisão não é apenas jurídica, mas política, influenciada por ideologias e lobbies empresariais que atuam diretamente sobre o Judiciário. Critica-se o acesso privilegiado de interesses patronais a juízes constitucionais, favorecendo mudanças em benefício do empresariado.

Conafret: 20 anos

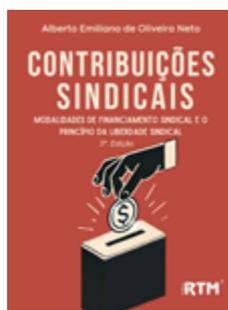


Autor: Renan Bernardi Kalil
Editado pelo MPT

O livro comemora os 20 anos de combate às fraudes nas relações de trabalho. A obra analisa a atuação do Ministério Público do Trabalho nesse período e os desafios atuais para garantir direitos trabalhistas.

Reúne 14 artigos de procuradores(as), servidores(as) do MPT, magistrados(as) e acadêmicos(as), oferecendo uma visão crítica sobre o contexto socioeconômico e as práticas fraudulentas.

Contribuições sindicais: modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical (3ª edição)



Autor: Alberto Emiliano de Oliveira Neto
Editora: RTM

O livro analisa as formas de financiamento sindical à luz da liberdade sindical garantida pela Constituição e tratados internacionais. Examina criticamente o modelo brasileiro, especialmente após

a reforma trabalhista. Defende a necessidade de fortalecer a autonomia financeira dos sindicatos para garantir sua atuação independente. Em um contexto de precarização e informalidade, o tema é central para a democracia no trabalho. A obra propõe uma releitura que valorize o papel representativo dos sindicatos.

Direito Antidiscriminatório Brasileiro: a Gordofobia nas Relações de Trabalho



Autora: Isabella Filgueiras Gomes
Editora: Lacier

O livro analisa, sob perspectiva jurídica e social, a discriminação contra pessoas gordas no ambiente de trabalho. Critica a visão médica tradicional que trata a obesidade como doença, privilegiada

pela sociedade atual. Destaca o crescimento do gordoativismo, movimento que denuncia injustiças e reivindica direitos e respeito à identidade corporal. A obra propõe uma nova leitura das relações entre corpo, trabalho e direito. Esse debate começa a ganhar espaço também na academia, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais.

Direito ao trabalho na sociedade digital e verde: análise do direito à qualificação na dispensa em massa



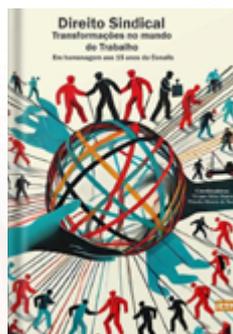
Autora: Thaís Fidelis Alves Bruch

Editora: Lumen Juris

A obra aborda o direito ao trabalho como pilar dos direitos humanos e da Constituição de 1988. Analisa os desafios trazidos pela 4ª Revolução Industrial e pela economia verde, que exigem

nova qualificação profissional. Destaca a importância de garantir condições dignas de trabalho diante da automação e das transformações tecnológicas. Enfatiza o impacto social da dispensa coletiva e a necessidade de políticas de requalificação. Propõe reflexão sobre experiências internacionais, como a legislação trabalhista espanhola, para enfrentar essas mudanças.

Direito sindical: Transformações no mundo do trabalho. Em homenagem aos 15 anos da Conalis



Autoras: Vivian Brito Mattos e Priscila M Moreto de Paula

Editora: RTM

Em comemoração aos 15 anos da CONALIS, o livro reúne reflexões sobre os desafios e perspectivas da organização sindical no Brasil. A coletânea aborda temas como liberdade sindical,

financiamento, negociação coletiva e transformações no mundo do trabalho. Com artigos de procuradores(as), magistrados(as) e acadêmicos(as), oferece uma visão técnica e plural do Direito Sindical. Valoriza diferentes experiências e contribui para o debate público e institucional. A obra propõe estratégias práticas para fortalecer a organização coletiva diante dos desafios contemporâneos.

Direitos Individuais Homogêneos: elementos para uma definição em dois planos

Autora: Flávia Bornéo Funck

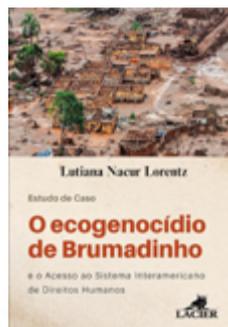
Editora: EAB Editora



O livro investiga a falta de definição jurídica precisa sobre os direitos individuais homogêneos, tema que intrigou a autora desde a graduação. Fruto de dissertação de mestrado defendida em 2021, a obra confirma a hipótese de que há insegurança conceitual e

prática nesse campo. A pesquisa analisa divergências teóricas e práticas com base em doutrina, legislação e jurisprudência. O objetivo é oferecer maior clareza conceitual e fortalecer a tutela coletiva no Brasil.

O ecogenocídio de Brumadinho e o acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos



Autora: Lutiana Nacur Lorentz

Editora: Lacier

A obra é um compromisso com as pessoas, com a vida, com os Direitos Humanos. A autora analisou a responsabilidade do Brasil e da empresa Vale S/A frente o Sistema Interamericano de Direitos Hu-

manos — SIDH, tendo como parâmetro o "ecogenocídio" — como acertadamente optou por denominar — decorrente do desmoronamento da Barragem B1 da Mina do Córrego de Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Precedentes Vinculantes do STF na Área Trabalhista

Autores: Ednaldo Brito e Henrique Correia

Editora: Juspodivm



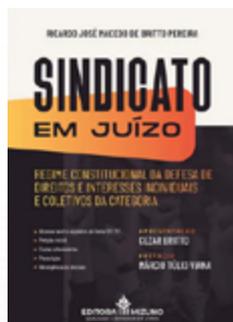
A obra oferece uma análise sistemática e atualizada da jurisprudência do STF aplicada ao Direito do Trabalho. Reúne os julgados mais relevantes e discute suas implicações teóricas e práticas. Em meio a mudanças legislativas e sociais, o livro se mostra essencial para

interpretar as novas dinâmicas nas relações de trabalho, contribuindo para uma jurisprudência mais coerente, justa e previsível.

Sindicato em Juízo

Autor: Ricardo José Macedo de Britto Pereira

Editora: Mizuno



O livro analisa o papel constitucional dos sindicatos na defesa de direitos coletivos e individuais da categoria. Foca na interpretação do Tema 823 do STF e sua aplicação pelos tribunais. Critica a influência de elementos individualistas em regimes coletivistas. Examina a atuação

sindical à luz da Constituição de 1988. Propõe soluções para controvérsias judiciais, buscando coerência jurisprudencial.

Subordinação (mal) Camuflada: a dominação capitalista no trabalho em plataformas digitais

Autora: Vanessa Patriota da Fonseca

Editora: RTM

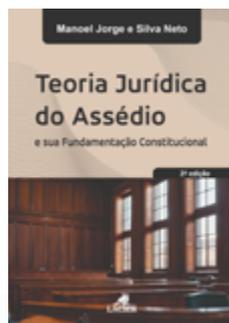


Diante do contexto de fragilização de entidades sindicais, o livro analisa o trabalho plataformizado, revelando os tipos de relações mantidas entre as partes. É demonstrado como o sistema do capital revoluciona a tecnologia e a organização produtiva para manter a exploração da classe que vive do trabalho e o movimento de acumulação de riqueza e expansão do mercado.

Teoria jurídica do assédio e sua fundamentação constitucional

Autor: Manoel Jorge e Silva Neto

Editora: Lacier



O livro aprofunda a compreensão do assédio sob a ótica jurídica, explorando suas bases constitucionais e seus impactos no ambiente de trabalho e na sociedade. A obra examina o tema à luz dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais e da proteção contra condutas abusivas.



Segunda reunião com associados (as) aposentados(as)

No dia 11 de abril, ocorreu a segunda reunião da diretoria da ANPT com associados e associadas aposentados e aposentadas. O encontro foi conduzido pela presidenta da ANPT, Adriana Augusta de Moura Souza, e teve como objetivo principal ouvir as demandas do grupo e apresentar ações em andamento.

A presidenta destacou que a escuta ativa é essencial para o fortalecimento da atuação da entidade, lembrando que as iniciativas da diretoria são amplamente divulgadas também pela Diretoria de Assuntos de Aposentados e Aposentadas. O encontro contou com a presença do subprocurador-geral do Trabalho Gláucio Araújo de Oliveira.

Entre os temas debatidos, estiveram os requerimentos enviados pela ANPT ao procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, com foco na garantia da paridade e no pagamento de passivos como a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e o Adicional por Tempo de Serviço (ATS).



A diretoria também apresentou informações sobre Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição em tramitação que impactam diretamente aposentados(as) e pensionistas. Outro ponto tratado foi a proposta de reforma do art. 4º, §2º, do Estatuto da ANPT, com o objetivo de extinguir a contribuição extraordinária desse grupo nos eventos da entidade, que será debatida na próxima assembleia, durante o ENPT que será realizado em outubro.

Assembleia discute ações estratégicas e reforça comunicação com associados(as) da ANPT

No dia 12 de abril, a ANPT realizou sua Assembleia Geral Extraordinária. O encontro teve início com uma homenagem à associada aposentada Maria Vitória Sussekind Rocha, que recebeu uma placa de reconhecimento pelos anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho e pelo carinho com seus pares.

Durante a reunião, foi reforçada a importância do aplicativo da ANPT como uma importante ferramenta de comunicação com os associados e as associadas. Também foi anunciado o novo número de WhatsApp da associação (61 98142-0685), que será o canal exclusivo de envio de informações a partir de 1º de agosto. Para garantir o recebimento, todos(as) devem salvar o número em seus contatos.



Outros temas abordados incluíram a assistência judiciária oferecida pela ANPT, o parecer favorável do Conselho Fiscal sobre as contas da diretoria, a situação financeira da entidade e as medidas para garantir equilíbrio orçamentário, entre outros temas.

Artista educadora Rita von Hunty discute a produção social da desigualdade e mundo do trabalho

No tarde do dia 12 de abril, a artista educadora Rita von Hunty foi a palestrante do painel "Horizontes em Transformação: Sociedade", coordenado pelo diretor de assuntos legislativos da ANPT, Tiago Ranieri de Oliveira. Ela teve como foco de sua apresentação a produção social da desigualdade e mundo do trabalho.

Durante cerca de 1h30, a artista, com fundamento nos estudos sobre crítica cultural e materialismo cultural de Raymond Williams, levou os(as) participantes do congresso à reflexão sobre estruturas sociais/culturais naturalizadas e ex-



tremamente violentas e jamais questionadas. Como exemplos destacou as questões de gênero, raça, divisão sexual do trabalho e a ficção camuflada de desenvolvimento, progresso e

novas tecnologias advindas da nova morfologia do mundo do trabalho, que na realidade são os mesmos e antigos modelos de servidão, escravidão e precarização.

Especialistas debatem futuro do trabalho e denunciam avanço da precarização no contexto neoliberal

O painel "Horizontes em transformação: Trabalho", apresentado pela procuradora do Trabalho Vanessa Patriota, fez uma análise crítica do trabalho no contexto contemporâneo. Especialistas destacaram os efeitos da governamentalidade neoliberal, da precarização crescente e das transformações tecnológicas nas relações laborais. O encontro evidenciou a necessidade de repensar o futuro do trabalho diante da intensificação da exploração, da desregulamentação e do enfraquecimento de direitos sociais historicamente conquistados.

A procuradora Vanessa Patriota, contextualizou o trabalho no capitalismo como uma relação essencialmente exploratória. Segundo ela, a tecnologia tem sido instrumentalizada para aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, precarizar as condições de trabalho. Diante disso, propôs uma pergunta central para o debate: como imaginar um futuro do trabalho que não reproduza essa lógica de exploração?

Nesse contexto, a historiadora e filósofa Priscila Cupello abordou a *"Governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho"*. Amparada no con-

ceito foucaultiano de governamentalidade, a panelista analisou como o Estado opera sob uma lógica que privilegia alguns grupos e exclui outros, inclusive por meio de políticas públicas desiguais. Ela criticou o avanço do neoliberalismo, que transforma direitos fundamentais — como saúde e educação — em produtos sujeitos às regras do mercado financeiro.

Priscila Cupello também apontou os impactos da inteligência artificial no ensino superior, como a substituição de professores por plataformas de ensino a distância, com videoaulas e tutores terceirizados. Mencionou



ainda casos de discriminação algorítmica, como o de algoritmos da Amazon que demitiram funcionárias grávidas por uso frequente do banheiro. Criticou a expansão do EAD, financiada com recursos públicos via FIES, que tem beneficiado grandes grupos educacionais listados na bolsa de valores — comprometendo a qualidade e enfraquecendo os vínculos trabalhistas dos docentes, cada vez mais reduzidos a “conteudistas”.

Além disso, ela destacou a financeirização dos serviços públicos essenciais, pressionados por acionistas estrangeiros por redução de custos, o que resulta em demissões em massa. A historiadora defendeu ainda políticas públicas que resgatem a educação como direito e propôs ações coletivas e de resistência contra a lógica neoliberal.

Na sequência, o professor da Unicamp José Dari Krein falou sobre a *“Os desafios para pensar o futuro do trabalho”*, definindo o momento atual como uma crise civilizatória — com dimensões econômicas (desglobalização), ecológicas, políticas (ascensão da extrema direita)

e trabalhistas. Ele observou um paradoxo: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é, ao mesmo tempo, símbolo de conquista para alguns e empecilho para outros, especialmente jovens, que associam sua rigidez à falta de oportunidades.

Dari Krein traçou um panorama preocupante do mercado de trabalho brasileiro: metade dos(as) trabalhadores(as) está na informalidade e 70% atuam no setor de serviços, em ocupações de baixa renda e com pouca mobilidade social. Ele desmistificou a ideia de que a tecnologia elimina empregos, mostrando que ela reconfigura o trabalho sob relações de poder, como ocorre com plataformas digitais que transferem riscos aos trabalhadores, sem garantir proteção.

Apesar do cenário difícil, o professor destacou movimentos de resistência, como greves de entregadores e campanhas por melhores condições, como a *“Vida Além do Trabalho”*, que questiona a jornada 6x1. Por outro lado, lamentou a crise do sindicalismo, com uma queda de 50% nas filiações entre 2017 e 2023, o que impõe o desafio

da reinvenção para representar os novos trabalhadores precarizados.

Para enfrentar esse cenário, Dari propôs uma agenda com quatro eixos principais:

Redução da jornada de trabalho, com modelos como a escala 4x3;

Transição ecológica, com foco na geração de empregos sustentáveis, como o reflorestamento;

Proteção social universal, que reconheça os direitos trabalhistas como parte da cidadania;

Reorganização coletiva, com novas formas de solidariedade, como cooperativas e sindicatos horizontais.

No encerramento do debate, Vanessa Patriota chamou a atenção para a maneira como o neoliberalismo captura subjetividades com termos como “colaborador”, que disfarçam relações de exploração. O professor reforçou que o futuro do trabalho será determinado por conflitos e lutas políticas e não apenas por avanços tecnológicos. Priscila Cupello defendeu a regulação da inteligência artificial e a desfinanceirização dos serviços essenciais para garantir direitos sociais básicos.

A mensagem final do evento foi unânime: o futuro do trabalho passa pela resistência à precarização, pela valorização das políticas públicas e pela reconstrução coletiva de alternativas ao modelo neoliberal vigente. Para os palestrantes, a crise atual, apesar de profunda, também representa uma oportunidade para repensar radicalmente o papel do trabalho na sociedade.

Palestrantes destacam os impactos da inteligência artificial e do processo estrutural no direito

No dia 11 de abril, um painel interdisciplinar reuniu três especialistas para debater os impactos da Inteligência Artificial (IA) e do processo estrutural no Direito, com atenção especial às mudanças nas práticas judiciais e nas relações de trabalho. Na ocasião, foram destacadas as potencialidades do uso de novas tecnologias no setor jurídico, bem como a necessidade de regulamentação e postura crítica frente às transformações em curso.

O juiz Federal George Marmelstein abriu a discussão com uma análise sobre a IA generativa no contexto jurídico. Para ele, vivemos um “novo Renascimento”, no qual a colaboração entre humanos e máquinas redefine a produção de conhecimento, cultura e justiça. A IA, segundo George, já se mostra uma aliada no dia a dia jurídico — auxiliando na redação de peças, análise de processos e preparação para audiências. No entanto, ele também fez alertas importantes. Um deles é o risco de divisão cognitiva, ou seja, a desigualdade entre os profissionais que dominam o uso da IA e os que ficam para trás.

Outro ponto de atenção é o fenômeno apelidado de “Einstein Mandrão” — a produção de respostas aparentemente corretas, mas falsas, como citações jurídicas inexistentes. George Marmelstein reforçou que, apesar de ampliar a cognição humana, a IA não substitui o julgamento ético, que deve permanecer com os profissionais. Ao final, recomendou o uso consciente de ferramentas como ChatGPT, DeepSeek Chat, Gemini, Perplexity AI e Suno AI.



Em seguida, a advogada Juliana Cordeiro de Farias abordou o processo estrutural como uma ferramenta inovadora para tratar litígios complexos e de longa duração, frequentemente relacionados a violações sistêmicas de direitos. A painelistra explicou que, diferentemente de ações individuais, o processo estrutural busca a reestruturação institucional para prevenir reincidências. Ela destacou três fases desse processo: diagnóstico do problema, planejamento colaborativo com diversos atores e monitoramento contínuo.

Apesar de seu potencial transformador, Juliana Farias fez ressalvas quanto à falta de uma definição legal clara e alertou para riscos como a hipertrofia judicial — quando o Judiciário ultrapassa seu papel e passa a exercer funções administrativas. O tema ganha relevância diante do Projeto de Lei 3/2025, que ainda precisa estabelecer parâmetros mais objetivos para definir litígios estruturais.

Fechando o painel, a professora de direito da FGV Olívia Pas-

qualeto apresentou uma análise crítica sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) em casos de terceirização e pejotização no Direito do Trabalho. Segundo ela, empresas têm utilizado precedentes do STF — especialmente o Tema 725, que trata da terceirização — como estratégia para justificar contratos precários, como os via pessoa jurídica (PJ) ou cooperativas. Esse movimento, argumentou a palestrante, compromete a “primazia da realidade” e desconsidera a análise concreta dos vínculos empregatícios.

Olívia Pasqualeto também denunciou o esvaziamento da Justiça do Trabalho, diante de decisões que vêm sendo cassadas pelo STF e transferidas à Justiça comum, gerando insegurança jurídica e enfraquecimento das proteções trabalhistas. Ela destacou ainda dois temas em andamento no STF: o Tema 1291, que trata do trabalho de motoristas de aplicativo, e o Tema 1389, sobre possíveis fraudes em contratos PJ, ambos com potencial de redefinir a jurisprudência trabalhista.

Congresso promove painel sobre planejamento financeiro e previdência complementar para membros(as) do Ministério Público do Trabalho

Coordenado pelo vice-presidente da ANPT, Marcelo Crisanto Souto Maior, o painel "Educação Financeira" abordou os desafios financeiros e previdenciários dos(as) procuradores(as) do Trabalho, orientando como garantir um futuro melhor economicamente para todos(as). Foram apresentados os impactos da reforma previdenciária, assim como soluções de planejamento financeiro e oferecidas alternativas de previdência complementar.

Na primeira parte do painel, a expositora Deisilene Queiroz Gouveia, especialista em Investimentos da Seven Investimentos, parceira do BTG Pactual, apresentou o projeto "Procurador Investe", juntamente com Alexandre Cerqueira, assessor em investimentos. Eles destacaram os graves impactos da reforma previdenciária, que pode reduzir em até 80% a remuneração na aposentadoria por tempo de contribuição. O projeto oferece consultoria financeira personalizada e acesso a uma plataforma de investimentos com soluções exclusivas.

Alexandre Cerqueira fez alertas importantes sobre armadilhas financeiras comuns, como os juros médios de 11% ao mês no cartão de crédito e os riscos dos empréstimos consignados. Ele enfatizou: "O servidor públi-



co de alta renda precisa entender que salário garantido não significa aposentadoria garantida". Por meio de demonstrações práticas, mostrou que investimentos disciplinados de R\$ 5.000 mensais podem gerar R\$ 1,2 milhão em 15 anos.

Na segunda parte do painel, o diretor-presidente da JUSPREV, desembargador do TJRO Francisco Borges Ferreira Neto, apresentou as vantagens da previdência complementar privada Jusprev. De acordo com ele, um dos diferenciais é a renda vitalícia garantida sem risco de perda do capital, ao contrário de muitos planos bancários que, conforme o artigo 55 da SUSEP, podem reter todo o valor acumulado em caso de falecimento.

O painel concluiu com recomendações práticas: a necessidade

urgente de planejamento, a combinação de investimentos pessoais com previdência complementar, e a importância de buscar assessoria especializada. Foram disponibilizados stands com consultores para atendimento individual, materiais educativos e planilhas de planejamento.

A mensagem final destacou que, num cenário de reformas, o momento para começar a planejar a aposentadoria é agora. A ANPT fornece as ferramentas, mas a ação depende de cada procurador. O evento encerrou com a disponibilização de anexos comparativos e contatos para consultoria especializada, reforçando o compromisso da associação com o futuro financeiro de seus membros e membras.